

jornal da tar

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PAB)



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCIS
(1927 - 1969)

Que Sarney demonstre que os fins justificam os meios

O clima generalizado entre os quatroanistas, os adversários do presidente José Sarney, era de velório na quinta-feira à noite, depois dos acachapantes 328 a 222 marcados no placar eletrônico da Câmara. Abatido, com ar de quem se considerava traído, o líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, considerou uma loucura a aprovação de cinco anos de mandato para o sr. José Sarney e prometeu sair do partido para fundar uma nova agremiação "que faça aquilo que o PMDB sempre se propôs a fazer" (sic).

Seu companheiro de dissidência, Fernando Henrique Cardoso, não estava menos decepcionado. Tanto que chegou a confessar que sentia "saudades do João" (general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar, sob o qual o senador paulista foi cassado na USP e amargou um exílio no Exterior).

"Naquela época — disse o nostálgico intelectual sorboniano — pelo menos não havia retaliação contra os governadores de oposição e o Congresso derrubava decretos sem essa pressão escabrosa de hoje."

Sinceramente, não entendemos essa surpresa indignada dos ilustres históricos do PMDB com o comportamento da Constituinte no caso do mandato do presidente Sarney. Em primeiro lugar, porque todo mundo sabia que esta batalha já estava perdida desde o dia 22 de março, quando ficou estabelecido no corpo permanente da nova Constituição que o mandato dos futuros presidentes será de cinco anos. Ao prolongar a ansiedade de Sarney, deixando para votar o seu mandato específico mais tarde, e comandando o espetáculo circense de quarta e quinta-feiras passadas, os adversários do presidente fizeram apenas uma grande jogada promocional. E iludiram a população brasileira.

Depois, esta não é a primeira vez — nem será a última — que algumas instituições políticas formais da Nação agem influenciadas por motivações pouco ortodoxas do ponto de vista ético e sem consultar os verdadeiros sentimentos e aspirações da sociedade brasileira. O que fez a Assembléia Nacional Constituinte, desde que foi instalada há mais de um ano, senão comporta-se sempre desta maneira?

Quando começaram as votações para valer na Assembléia, ainda na fase das comissões temáticas e da comissão de fiscalização, diante dos disparates que surgiam e da falta de coerência filosófica do texto que ia surgindo, muitos analistas tentaram descobrir as motivações políticas e ideológicas que estavam determinando os votos dos constituintes. Cedo percebeu-se que, com exceções de praxe, não

havia nenhum motivo nobre, como e a convicção ideológica, determinando os votos proferidos. O que imperou foi a mais pura fisiologia, o interesse pessoal e eleitoreiro imediato de quem estava votando. Esse comportamento, que ainda nos promete hilariantes surpresas na votação das disposições transitórias, teve um de seus momentos de glória na quinta-feira dos cinco anos, com a aprovação da emenda que marca um plebiscito para 1993 para apurar se o País quer continuar republicano ou pretende voltar à monarquia. Foi um lance de raro oportunismo dos parlamentaristas que, derrotados numa votação anterior, pegaram carona numa outra emenda, o que permitiu a aprovação de uma disposição tão pitoresca quanto essa abertura para a monarquia.

Se há alguém que não tem autoridade para criticar o comportamento da Assembléia Constituinte no caso do voto para os cinco anos é o sr. Mário Covas com o seu grupo. Afinal, foram as esquerdas que inauguraram o estilo, diríamos assim, "pouco honesto" de agir da Constituinte.

O jogo sujo começou logo na redação do regimento interno quando esse grupo — rigorosamente minoritário —, numa manobra golpista, ocupou quase todo o espaço das comissões temáticas e da Comissão de Sistematização. Foi o senador Mário Covas que se encarregou, pessoalmente, de escalar os relatores e de montar a Comissão de Sistematização. Naturalmente só escolheu gente de sua curriola, numa traição à tendência ideológica expressa pelo povo nas urnas. Os relatores e a maioria da Comissão de Sistematização eram de esquerda quando a população, majoritariamente, havia optado por candidatos liberais, de centro.

Assim, até a rebelião comandada pelo Centrão, que provocou a mudança no regimento interno, o País correu o risco de ter uma Constituição escrita por uma minoria. Mesmo assim a manobra, a escamoteação preparada pelo sr. Covas, surtiu seus efeitos. Tanto que o insuspeito deputado Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), chegou a confessar, candidamente, num debate publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, "que as esquerdas conquistaram, no plenário, o espaço perdido nas eleições". Perguntamos: pode haver traição maior do que essa de falsear a vontade popular? Foi isso que gerou tudo que veio depois na Constituinte.

O governo, evidentemente, não teve um comportamento muito melhor. Para não ferir os vários interesses dos parlamentares, para não se indispor com vários dos grupos em que se dividiu a Constituinte, o presidente Sarney, que só se interessava pelos cinco anos, deixou que fossem sendo inseridas as maiores barbaridades na futura Constituição, sem ao menos tentar alertar seus liderados para os problemas que as medidas poderão gerar para o País e para a própria política econômica que está tentando desenvolver. Um distanciamento olímpico que Sarney não foi capaz de manter quando esteve em jogo o seu poder — na definição do mandato dos futuros presidentes da República e, agora, na votação específica do seu mandato. Ai sim foram usados todos os meios eticamente heterodoxos de que temos conhecimento.

É por tudo isso que repetidas vezes, quando comentamos o comportamento da Assembléia Nacional Constituinte, dissemos que ela estava preparando um aborto, ou seja, uma Carta Magna que nasceria morta.

Nada do que aconteceu, portanto, foi surpresa, e não tem sentido reagir ante a aprovação dos cinco anos com a mesma indignação com que se reagiu ante a rejeição das diretas já.

Quanto ao que irá acontecer daqui até o fim do mandato do presidente José Sarney, em março de 1990, como quis a Constituinte contra as expectativas populares, só podemos torcer para que, pela primeira vez na História, fique claramente demonstrado que os fins justificam os meios.